

## SIGNIFICADOS E RITUAIS EM TORNO DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DE VIÇOSA/MG

BEATRIZ RIBEIRO MACHADO E DOUGLAS MANSUR DA SILVA

**RESUMO** *Este artigo analisa os significados da participação política a partir da perspectiva dos representantes do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Viçosa/MG. Ao considerar que muitos dos representantes, até integrarem o conselho, nunca haviam vivenciado um contato com a política participativa formal, tampouco com as normas e rituais que esses espaços possuem, objetivamos compreender as percepções acerca da participação política no decorrer desse processo. Para tanto, realizamos observação participante, análise de atas e acompanhamento das trajetórias desses atores nesse ambiente deliberativo e burocrático, no decorrer do exercício de seus mandatos (dois anos).*

**PALAVRAS - CHAVE** *Rituais, Participação Política, Reuniões, Rural.*

**ABSTRACT** *This paper analyzes the meanings of political participation by the perspective of the representatives of rural communities in the Municipal Council of Rural Development of Viçosa in Minas Gerais State (Brazil). Considering that many representatives had never had a formal contact neither with participative politics nor with rules and rituals of these spaces, we aim to comprehend how these agents perceives the political participation along this process. For that, we realize a participant observation, written records analysis and attendance of the paths of these people in those deliberative and bureaucratic environments, during their term of office (two years) ahead of their communities' representation.*

**KEYWORDS** *Rituals, Political Participation, Meetings, Rural.*

<sup>1</sup> Esta pesquisa é decorrente da participação por dois anos no Grupo de Pesquisa e Extensão em Comunicação, Democracia e Práticas Sociais – COPRÁTICAS, da Universidade Federal de Viçosa, coordenado pelo Prof. Rennan Lanna Martins Mafra, que é também representante da Universidade Federal de Viçosa no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável/Viçosa-MG.

## OS SIGNIFICADOS E RITOS LIGADOS AO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DE VIÇOSA<sup>1</sup>

Iniciaremos, nesta seção, com narrativas e análises das reuniões deliberativas no âmbito do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Viçosa, no interior de Minas Gerais. Nesse espaço são debatidas mensalmente as políticas públicas municipais ligadas ao campo. Muitos dos representantes que compõem o conselho nunca haviam vivenciado um contato com espaços representativos do campo político, nem com as normas e rituais presentes em espaços formais da esfera pública. Portanto, estabeleceram relação e se articularam ao ambiente deliberativo e à arena política no decorrer do exercício dos seus mandatos.

Ao acompanhar as reuniões mensais no decorrer de quase dois anos, foi possível identificar os diversos rituais recorrentes no conselho e as reações e os significados que esses momentos despertavam sobre os participantes. Por meio de análises de atas do ano de 2013 e observações das reuniões durante mais de 15 meses, buscamos identificar como se dava essa arena deliberativa e quais as redes surgiam entre os sujeitos e instituições envolvidas. Assim, partimos da premissa de que

Reuniões criam um espaço de sociabilidade que contribui para a consolidação de redes de relações que atravessam a estrutura formal das organizações, estabelecem alguns dos parâmetros e mecanismos para as disputas pelo poder, possuem uma dimensão de construção ritualizada de símbolos coletivos e colocam em ação múltiplas concepções relativas à natureza das organizações de trabalhadores e ao papel de seus dirigentes e membros, bem como sobre a natureza da categoria que essas organizações se propõem a representar (COMERFORD, 2002, p. 149).

A categoria “conselheiros” e “representantes” é acionada por diversas vezes no decorrer das reuniões e incorporada a este trabalho. Os conselheiros são aqueles que residem nas comunidades rurais do município e que, eleitos pelos demais moradores de sua região, os representam. Já os representantes são acionados dentro dessa categoria, visto que representam as instituições que possuem assento no CMDRS. Todos são conselheiros, todos são representantes, porém há essa distinção, que emerge no decorrer das reuniões.

Nas páginas que seguem, a narrativa sugere a própria estrutura ritual das reuniões – desde a espera pela reunião ao início, o debate, votações e a conclusão do encontro –, analisando a influência que esses rituais possuem simbolicamente entre os representantes e participantes do conselho. No material contido em atas e nas observações durante as reuniões foi possível identificar processos de desigualdade junto a uma categorização precedente à reunião em relação à posição social de instituições e conselheiros. Além disso, o distanciamento que a normatização pode gerar em um espaço de participação política, a configuração da sala de reunião, assim como a disposição dos assentos, contribui para acentuar uma desigualdade deliberativa que emerge ao identificarmos aqueles dotados de maior poder comunicativo, seja por características próprias, seja pelo cargo que desempenham, exibindo um limitante na participação coletiva em um conselho que pretende ser livre de hierarquizações.

## **O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DE VIÇOSA – MG**

De acordo com o Relatório Parcial Sócio-Antropológico e Jurídico sobre Comunidades Rurais no Município de Viçosa/MG referente a Mobilização, Organização e Ocupação do Espaço Urbano (MAFRA et al, 2013), o Conselho Municipal de

Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) de Viçosa-MG – arena participativa, criada para deliberar a política pública de desenvolvimento rural daquele município foi instituído pelas Leis nº 1.591/04, nº 2.081/2010 e 2.137/2011. Tem como objetivo fomentar a participação e a discussão da política pública de desenvolvimento rural sustentável do município, estimular a articulação intersetorial e a organização da sociedade civil e incentivar a representação e a manifestação da cultura local.

Possuem assento no CMDRS 28 conselheiros, dentre os quais 14 são representantes institucionais da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/MG, da Prefeitura Municipal de Viçosa, Câmara dos Vereadores do Município, Instituto Mineiro de Agropecuária, Universidade Federal de Viçosa, entre outras instituições, e 14 são representantes de comunidades rurais da cidade.

Dentre esses últimos, muitos nunca tiveram contato com a política formal, não participam de movimentos sociais e foram eleitos em suas comunidades por apresentarem alguma projeção local. As eleições ocorrem a cada dois anos, e esse é também o período de participação como conselheiro, com possibilidade de reeleição para mais dois anos. Organizadas pela EMATER/MG, as eleições são realizadas com os responsáveis extensionistas levando às comunidades a urna para votação e convidando os moradores a eleger seu representante previamente candidatado junto a um suplente.

Dessa maneira, a EMATER torna-se a principal protagonista do processo de deliberação e participação no município, responsável não apenas pela organização da eleição, mas também pela subdivisão das comunidades tidas como rurais em um resultado de 14 regiões, a partir das microbacias que compõem o município (Cristais, Paula, Silêncio, Córrego do Engenho, Pau de Cedro, Córrego Fundo, Piúna, Córrego São João, Paiol, São Francisco, Nobres, Cascalho, Santa Tereza e Macena). Tais comunidades possuem natureza múltipla

e diversa. Algumas, com mais proximidade geográfica da região central do município, têm seus moradores trabalhando na cidade; em sua maioria, possuindo pouco contato com o cotidiano e as formas de trabalhos vinculadas ao cultivo da terra e/ou criação de animais (MAFRA et al, 2013). Note-se, desde já, que essa divisão formal administrativa era muitas vezes estranha às configurações sociais e sócio espaciais vivenciadas e reconhecidas pelos conselheiros, o que contribuía para o maior ou o menor distanciamento da base da qual era representante.

### RITOS E RITUAIS EM TORNO DA PARTICIPAÇÃO

Ao analisar os ritos e significados, especialmente em um contexto político de participação, faz-se necessária a contribuição do debate clássico da antropologia sobre esse assunto. Peirano (2002a) reflete sobre algumas questões pertinentes: afinal, em que medida a categoria “ritual” pode nos auxiliar na pesquisa antropológica?

Turner (2008) pontua que levamos as teorias para o campo conosco, porém, elas só se tornam relevantes quando iluminam a realidade social. A antropologia, segundo Peirano (2002a) se desenvolve pela constante renovação teórica que se concretiza com o diálogo e a contestação com dados etnográficos, o que pode gerar a expansão de teorias anteriores. Afinal, complementa Turner (2008), por vezes, notamos que não é todo o sistema de um teórico que promove a iluminação sobre um determinado assunto, mas sim ideias dispersas e o caminho que levou a uma determinada conclusão que, retirados do contexto sistêmicos e aplicados em dados dispersos, podem estar interligados e produzir fonte de entendimento.

O desenvolvimento da antropologia se dá por meio do diálogo entre teoria e etnografia e, para Peirano (2002a), a base desse procedimento é a surpresa com que o antropólogo se

depara com a revelação de novos dados de pesquisa, que ocorre, em geral, nos tipos de eventos de que participa ou que considera como significativos para aqueles que observa.

Nessa transposição, o foco que outrora fora direcionado a um tipo de fenômeno considerado não rotineiro e específico, muitas vezes de cunho religioso, amplia-se e “dá lugar a uma abordagem que privilegia eventos que, mantendo o reconhecimento que lhes é dado socialmente como fenômenos especiais, diferem dos rituais clássicos nos elementos de caráter probabilístico que lhes são próprios” (PEIRANO, 2000a, p. 2).

Nesse sentido, a autora considera que “rituais são tipos especiais de eventos, mais formalizados e estereotipados e, portanto, mais suscetíveis à análise porque já recortados em termos nativos” (PEIRANO, 2002a, p. 8). O evento possui elementos que o tornam imprevisível, e “justamente esses traços específicos dos eventos diferente dos rituais convencionais trazem como consequência uma ampliação dos [...] resultados não antecipados que derivam dos contextos culturais particulares nos quais ocorrem” (PEIRANO, 2000a, p. 21).

Ou seja, os eventos ordinários e os eventos críticos e rituais comungam de uma mesma natureza, mas os rituais são mais estáveis, há uma ordem que os estrutura, uma razão ligada ao acontecimento com um propósito coletivo, e uma percepção de que eles são distintos. Rituais e eventos críticos de uma sociedade podem ampliar, focalizar, dar notoriedade e até justificar o que já é usual naquele contexto social.

Não pretendemos aprofundar a discussão sobre eventos, mas cabe apontar para o fato de que é importante examinar, não a causalidade dos eventos, mas sua interpretação e a ampliação da análise de rituais, como infere Peirano (2000b), quando direcionada para eventos críticos. O que implica em conceder aos fenômenos analisados uma maior liberdade, ou seja, é necessário reconhecer que os eventos são, em parte, sua própria causa.

Por fim, a análise de eventos é de fato apropriada para resumir, expandir, suportar e encorajar o ciclo de conhecimento que se pretende universalista, porém, multicentrado nas suas manifestações. Uma possibilidade é que de maneira menos consciente, as análises de eventos tenham examinado pressupostos básicos da vida social (PEIRANO, 2000b).

Ao focalizar os rituais, Peirano (2002b) acredita que naturalmente se trata da ação social. A partir do momento que essa ação se realiza em contextos de mundos partilhados, a comunicação entre os indivíduos permite que se entrevejam classificações implícitas entre os humanos e suas ligações com a natureza ou mesmo com os deuses (e demônios), por exemplo. A comunicação pode emergir das palavras ou dos atos, isso é indiferente, pois ela se diferenciará quanto ao meio, mas sem minimizar o objetivo da ação, tampouco sua eficácia. A linguagem é parte da cultura; é possível, também, agir e fazer por meio do uso das palavras. Em outras palavras, a fala é um ato de sociedade assim como o ritual. Dessa maneira, uma constatação fundamental se compreende: a antropologia sempre incorpora, seja de forma explícita ou implícita, alguma teoria da linguagem.

[...] a fala é um evento comunicativo e deve ser colocada em contexto para que seu sentido seja compreendido. Não é possível, portanto, separar o dito e o feito, porque o dito é também feito. Considerando-se esta dimensão básica, é preciso então ressaltar que a etnografia é bem mais que um mero descrever de atos presenciados, ou (re)contados a boa etnografia, leva em conta o aspecto comunicativo essencial que se dá entre o pesquisador e nativo, o “contexto da situação”, que revela os múltiplos sentidos dos encontros sociais (PEIRANO, 2002b, p. 11).

## A REUNIÃO

O tipo de reunião analisado neste capítulo gera uma expectativa aos participantes, o que reflete na avaliação que fazem sobre os principais momentos da reunião. Algumas vezes, os conselheiros priorizam o conteúdo do que é falado e discutido, demonstrando uma melhor percepção das reuniões e seu aspecto central como sendo a discussão e o debate em uma arena participativa.

Para outros, a compreensão do espaço de reunião é entendida como uma dimensão “solene”, o que tende a enfatizar a boa organização e a “oportunidade de simplesmente estar ali e encontrar os outros participantes, e sobretudo uma tendência a agradecer a maneira como foram recebidos pelos ‘anfitriões’ e organizadores” (COMERFORD, 1999, p. 69). Ou seja, os participantes compreendem essa esfera como algo festivo ligado a uma ocasião de hospitalidade.

Um aspecto marcante nas reuniões do CMDRS – que têm uma periodicidade mensal, sendo agendadas para toda primeira segunda-feira do mês, às 12h45, na sede da EMATER/Viçosa-MG, região central do município – são os atrasos. O horário de início da reunião, por vezes, não é respeitado; o local da reunião nem sempre está aberto na hora marcada, podendo atrasar em até uma hora. Esses dados podem ser confirmados nos registros das atas, que marcam o horário de início das reuniões, às vezes às 12h45, na maioria delas às 13 horas, com registros de até 13h15. Muitos conselheiros não possuem condução própria, residem nas zonas rurais da cidade que, por sua vez, não conta com um horário amplo de transportes coletivos, e por isso precisam se ausentar antes do final da reunião, o que é agravado com o atraso de seu início.

Esse momento de espera, visto que mesmo a instituição responsável pela abertura da sala de reuniões, por vezes, não cumpre o horário determinado e deixa vários conselheiros



aguardando, gera uma característica importante para o conselho. É nesse momento que os participantes articulam entre si a respeito das temáticas a serem debatidas na pauta do dia e também socializam demandas a serem levadas para as próximas reuniões.

Insatisfação, desabafos, repasses de informações e definições de direcionamentos políticos surgem nesse momento de troca. Os conselheiros se unem em pares, podendo ser também uma conversa coletiva, para dialogar sobre a condução do debate e demandas das comunidades por temas centrais, como mecanização agrícola, saúde, educação e transporte, e articulam sobre como isso poderá ser levantado em conselho.

O reforço em prol de uma aparência harmônica de todos os processos “ritualizados” do conselho, como o contentamento em estar juntos, e também a possibilidade de gerar divergências e polêmicas – sempre buscando o consenso –, é visto como uma forma de união do grupo. Em alguns momentos no decorrer das reuniões os conselheiros citam situações em que acionaram as instituições, especialmente o Legislativo e Executivo, para além desses encontros formais, em busca de apresentar algumas demandas de suas comunidades. Esse sentimento de autonomia e as relações que se formam no conselho propiciam o envolvimento com políticas públicas e a fiscalização do bom funcionamento delas por parte dos que necessitam destes programas. A autonomia de buscar um representante público na certeza de ser atendido promove o empoderamento desses atores políticos para além do conselho.

## **A CONFIGURAÇÃO**

A organização espacial entre os conselheiros e a montagem do “esquema de sala” é relativamente simples, mas de grande significado. O grau de distanciamento que prontamente se forma,

a partir da ocupação dos lugares, reflete um distanciamento entre as instituições presentes e os conselheiros. Os participantes se mantêm em pares quando adentram a sala de reunião, especialmente as mulheres, que optam por sentar próximas umas das outras.

A sala possui uma interessante configuração, visto que os atores ocupam quase sempre os mesmos assentos, ainda que não haja normatizações para isso, num formato de sala de aula, repleto de cadeiras direcionadas para um quadro de projeção das apresentações. Nos espaços centrais da sala, onde as cadeiras são mais próximas, os conselheiros se organizam. Algumas cadeiras ao final das fileiras que se formam são direcionadas lateralmente ao centro da reunião.

Segundo Comerford (1999), a variável organizadora básica nesse sentido seria o grau de distanciamento e separação entre as cadeiras em que se sentam a coordenação e as pessoas de destaque na reunião (convidados, por exemplo), que é a composição da mesa, e os demais conselheiros. “O próprio arranjo espacial simboliza os ideais igualitários e democráticos da organização que promove a reunião” (Comerford, 1999, p. 53), ou pelo contrário, promove uma desigualdade que já emerge na organização do espaço físico.

Ao analisarmos os assentos laterais da sala, que proporcionam melhor visualização dos presentes, percebemos que são repetidamente ocupados pelos Poderes Legislativo e Executivo do município e pela instituição de ensino federal, a UFV, junto aos técnicos da EMATER, que por vezes tomam a frente da reunião, reafirmando a postura de condutores, coordenadores, ou como chamamos aqui, “equipe de frente” – o que pode gerar uma interpretação hierárquica do CMDRS.

O presidente do conselho, ainda que dê início à reunião e por vezes se posicione de pé em frente aos demais participantes, senta-se em uma das primeiras cadeiras em frente ao quadro, junto aos demais conselheiros, e não próximo aos assentos

ocupados pelas instituições, fato que reafirma o sentimento de um coletivo de conselheiros e não de indivíduos representantes de distintas comunidades deliberando de forma não necessariamente homogênea.

## A ORAÇÃO

“... que convidou os conselheiros presentes para uma oração”<sup>2</sup>

<sup>2</sup> Frase recorrente nas atas do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS – Viçosa-MG (2014).

A oração ou prece, segundo Mauss (1909), caracteriza um ponto de convergência em grande número de fenômenos religiosos. Para além de qualquer outro sistema de fatos, a oração inclui tanto a natureza do rito quanto a natureza da crença. Ela se caracteriza como rito, por ser uma atitude tomada, um ato que se realiza perante as coisas sagradas e que se consiste em movimentos materiais dos quais se almejam e se aguardam resultados. Ainda assim, simultaneamente, toda oração em algum grau extravasa um credo. Mesmo que esvaziada de qualquer sentido, ela ainda demonstra ideias e sentimentos religiosos. Por meio dela, aquele que crê age e pensa. A oração como palavra é a linguagem, ou seja, o movimento que possui um objetivo e um efeito, caracterizado por uma ação. É a ação que exprime ideias, sentimentos e em que as palavras podem se tornar substantivos. Falar é agir e pensar, por isso a oração é crença e culto, ação e reflexão. A oração que inicia as atividades do conselho é carregada de diversos significados e rituais.

Em um momento solene por excelência, os presentes, sejam eles conselheiros, representantes ou mesmo visitantes, levantam-se e rezam juntos como expressão da coletividade, da participação e da crença, e não apenas pela fé religiosa; também pela ação que promovem naquele espaço de deliberação em nome de suas comunidades, dado observado nas falas

daqueles que verbalizam a oração em prol do bom andamento da atividade.

Normalmente, orações e expressões católicas, como “Divino Pai Eterno”, “Maria passa na frente”, “Santíssima trindade”, surgem durante o rito, demonstrando ser o catolicismo a religião predominante entre os conselheiros. Porém, ao considerarmos as instituições, tem-se que não é a única religião representada no recinto. Os responsáveis em lavrar a ata das reuniões entendem essa atividade como formal e importante, fato comprovado não apenas pelo seguimento desse ritual de abertura das reuniões, mas e inclusive pelo fato de registrarem periodicamente a ação religiosa em documento formal, como no trecho “o presidente do CMDRS, *nome*, iniciou os trabalhos pedindo aos participantes uma oração” (Atas CMDRS Viçosa, 2014, pp. 21, 22, 23, 25 e 26, por exemplo).

A oração além de ser um momento importante da reunião, no qual em certa medida pedem a benção de Deus para que tudo aconteça da melhor maneira, é a ação que se caracteriza pelo rito e pelo credo dos atores que, nesse momento sagrado, oram pelo próprio conselho regem, sendo por vezes esse o único momento de participação ativa, pela fala, de alguns dos conselheiros.

Na escolha daqueles que farão a oração, inegavelmente há uma predominância de mulheres. Porém, às vezes, os homens também protagonizam esse momento solene, sendo esse um ato de juntos comungarem daquele espaço. De pé, olhos fechados, mãos estendidas, sem chapéus ou bonés, e em maioria absoluta, demonstram coletividade e participação que só podem ser notados no momento de votações, quando todos devem levantar o braço para deliberar a respeito de determinada demanda – ato que não requer justificativa, não promove fala ou mesmo a participação dialógica dos atores, como a prece que pode ser coletiva nas orações como “Pai Nosso” e “Ave Maria”, ou de um membro do grupo que profere sua prece enquanto os demais acompanham em silêncio.

Comerford (1999) em sua análise aponta que nesses momentos em que os participantes se engajam igualmente em atividades coletivas, como os cantos ou orações, é necessário que haja uma carga emocional advinda de orações e expressões conhecidas, além de alguém que direcione as atividades, porém, sem descaracterizar o caráter coletivo do procedimento em questão.

Ao finalizar a abertura solene da reunião, com a oração, todos dizem “Amém”, como forma de consentimento dos anseios expressados na oração e como fechamento de um momento da reunião para início de outro.

## **PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DE VIÇOSA/MG**

### **A ESFERA PÚBLICA E SEU PROCESSO DELIBERATIVO**

A pauta é definida anteriormente e informada aos conselheiros na abertura de cada reunião, sendo essa uma tarefa dos extensionistas rurais da EMATER/MG ou do presidente do conselho – conselheiro eleito pelos demais. A EMATER é a instituição que dá início à leitura da pauta e passa a palavra aos que deverão conduzir o debate, sendo eles convidados ou mesmo convocados pelo conselho por possuírem vínculos com instituições que atuam em áreas como meio ambiente, serviço de água e esgoto, saúde, educação, entre outras, de modo que possam esclarecer os pontos levantados pelos conselheiros.

Ao focar na arena deliberativa, Bohman (2009) traz uma abordagem sobre o diálogo e o processo dialógico vivido na esfera pública. Segundo o autor, a deliberação diz respeito, em geral, à busca pela solução de problemas comuns de uma maneira construtiva com o auxílio de recursos disponibilizados pelas instituições políticas. Em lugar de

formar consensos, a intenção da deliberação é ser uma maneira cooperativa e conjunta da ação social.

Por isso, o diálogo, para Bohman (2009), é uma atividade de caráter coletivo, porém, também particular, e que possui características necessárias para a deliberação. Por nós mesmos não seria possível nos engajarmos nos diálogos, assim como nossas contribuições ao debate formam parte de um todo que já não é possível determinar ou delimitar completamente. O diálogo é o meio para alcançar um fim, afinal, por meio dele é possível convencer alguém de algo que se almeja. Porém, essa ferramenta pode produzir, muitas vezes, entendimento ou desentendimento, sendo sua base frequentemente pautada em valores e crenças compartilhadas.

Durante esse debate, os conselheiros não precisam se inscrever para dialogar com o expositor, porém poucos são os que interagem dessa maneira. De modo geral, o poder de fala é dominado por alguns, especialmente instituições e presidente do conselho, de modo que muitos dos conselheiros não expressam sua opinião verbalmente durante a reunião. Sendo assim, a deliberação é um diálogo que, entretanto, possui um objetivo particular. O seu maior compromisso é com a resolução de um conflito ou a superação de uma situação problemática por meio desse recurso comunicativo.

Essa atividade conjunta na qual se constitui a deliberação na esfera pública é de caráter dialógico e não apenas da ordem discursiva, pois, “os discursos empregam critérios regulativos específicos de justificação, e eles são tipicamente estruturados em direção a um tipo ou outro de demanda” (BOHMAN, 2009, p. 69), ou seja, o diálogo é a mera troca de razões pessoais, não desejando, necessariamente, produzir demandas justificadas. As deliberações de temáticas importantes são feitas por votações, muitas vezes antes de esgotar-se o debate, e nesse momento todos participam. A votação é um momento no qual podemos identificar as vinculações que surgem no órgão, dada a troca de olhares ou mesmo comentários em voz baixa entre

alguns representantes, demonstrando alianças e articulações em relação ao tema abordado.

Esse é outro ponto importante e sempre presente nas reuniões, a fofoca. Durante o debate se dão diversas conversas paralelas, nas quais os conselheiros expõem sua opinião, porém não de forma coletiva. Portanto, a fofoca pode vir a ter um caráter integrador entre os conselheiros, mas requer algumas ressalvas. Essa ideia de integração por meio da fofoca fornece a esse ato características de algo ou alguém capaz de atuar sozinho como agente causal, quase de maneira independente aos grupos que a circulam. “Na verdade, é apenas uma figura de linguagem dizer que a fofoca tem tal ou qual função, pois ela nada mais é do que o nome genérico de algo feito por pessoas reunidas em grupos” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 129). Podemos considerar mais exato dizer que um grupo melhor integrado tende a fofocar com mais liberdade do que um menos integrado, e que nos melhor integrados as fofocas reforçam a coesão já existente.

Os observadores da discussão, estudantes, incentivam os representantes a socializar suas colocações, porém muitas vezes sem sucesso, pois, eles não se sentem à vontade para argumentar sobre o ponto de vista colocado por outras instituições, mantendo o diálogo e as reflexões paralelas, entre seus pares.

Quando o debate se dá de maneira mais restrita entre os conselheiros, de maneira mais horizontalizada entre esses iguais, a adesão é maior e muitos participam do debate, sentindo-se parte da construção e com maior propriedade para argumentar sobre os assuntos emergentes. Bohman (2009) apresenta em sua definição de diálogo a ideia de movimento, em que cada interlocutor interpreta e reinterpreta as diferentes contribuições de outros sujeitos a sua própria. Após algum tempo os próprios interlocutores passam a fazer uso de expressões que não empregavam antes, afinal, esse processo de convencimento de outros pode alterar o modo de expressão de alguém, assim como as razões que cada um considera convincentes. O diálogo é fio comum que interliga esses mecanismos e produz entendimento

aos participantes promovendo a deliberação com base em razões endereçadas aos outros.

Segundo Bohman (2009), o que constitui o discurso é o diálogo, mas é importante que ambos sejam distinguidos em diferentes dimensões. Complementarmente, na visão de Dryzek (2004, p. 49), o discurso pode ser considerado “como um modo compartilhado de se compreender o mundo incrustado na linguagem. Nesse sentido, um discurso sempre apresentará determinadas assunções, juízos, discordâncias, predisposições e aptidões”.

O discurso exige mais que o diálogo, pois, ele pressupõe idealizações, ou ainda, um acordo unânime a respeito das regras e dos critérios básicos de justificação racional. Outro ponto importante a ser abordado é o fato de o discurso ser aberto apenas em princípio, pois os requisitos para uma participação ativa são excludentes, enquanto o diálogo não necessita nenhuma especialidade epistêmica e está sempre aberto aos cidadãos que desejam auxiliar no processo de construção de sua lógica deliberativa (BOHMAN, 2009).

No decorrer da reunião, muitos conselheiros se dispersam, saem para atender celulares, fumar ou mesmo conversar, fazendo com que o debate se torne menos produtivo. Em torno das 14 horas, muitos representantes precisam se ausentar para trabalhar, ou mesmo voltar para suas comunidades que não contam um horário amplo de transporte público, tendo uma evasão considerável de *quórum*.

De acordo com Dryzek (2004), levar a sério a diferença significa enfim atentar para as diferentes identidades e os diferentes tipos de comunicação que as acompanham, recusando assim liquidá-las em nome de uma razão pública unitária. Sendo assim, muitas formas de comunicação devem ser incluídas, desde que sejam capazes de produzir reflexões, que ajam de forma não coercitiva e que sejam capazes de conectar as experiências, mesmo individuais, de algum grupo ou mesmo do próprio indivíduo,



porém, com características mais gerais. Qualquer identidade é fortemente ligada a um discurso.

A teoria do discurso, como pontua Habermas (1995), busca associar ao processo democrático uma razão normativa mais forte, compreendendo os direitos fundamentais e o princípio de Estado de Direito como sendo uma resposta à institucionalização das exigências pressupostas no processo democrático. Essa teoria, segundo o autor, conta com o que ele chama de intersubjetividade de ordem superior dos processos de entendimento que se dão de forma institucionalizada nas arenas deliberativas, em instituições políticas ou redes de comunicação nos espaços políticos públicos.

Essa comunicação impessoal constitui espaços aos quais é possível se atribuir uma formação mais ou menos racional da opinião a respeito de temas relevantes para toda a sociedade acerca de matérias que precisam de regulamentação. Segundo Habermas (1995), os limites entre Estado e sociedade devem ser respeitados na teoria do discurso, porém, a sociedade civil, considerada a base social desses espaços autônomos, distingue-se dos sistemas de ação econômica e da administração pública.

Ao encerrar a pauta, os representantes e participantes devem assinar a ata. Um dos participantes, porém, é analfabeto, e repetidas vezes não assina a ata, nem pede para outro que assine por ele. A ata não é lida, apenas assinada, e a reunião se dá por encerrada após informes de diversas naturezas como festivais, concursos de produção, viagens técnicas e oficinas a serem oferecidas pela EMATER para a região.

## **POSICIONAMENTOS, COLOCAÇÕES E DISCUSSÕES**

De acordo com Gramsci (1989), todos os homens são intelectuais, produzindo conhecimento e reflexões em determinadas esferas do saber, através dos meios de vida,

da força de trabalho, da ação comunicativa, ou das teorias. Porém, alguns grupos sociais possuem suas próprias categorias especializadas de intelectuais. Como reflete Gramsci (1989, p. 7), “todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então: mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais”. Nesse ponto, Gramsci (1989) compreende que ao distinguir entre “intelectuais” e “não intelectuais” deposita-se um valor maior ou menor de acordo com a atividade profissional desempenhada pelos sujeitos. Ampliando esse conceito, compreendemos a distinção entre os que possuem maior poder de argumentação, melhor clareza na fala e desenvoltura nas articulações políticas em um ambiente de debate.

Ao trazer esse debate para o âmbito da deliberação, as discussões são concebidas como um momento de participação por excelência, em que o maior número de participantes, em outras palavras, aqueles que fazem parte da coletividade que um conselho representa expõem os argumentos e demandas de suas comunidades a respeito dos temas da pauta. Independentemente do cargo que ocupam, do prestígio que possuem, gênero ou escolaridade, esses atores possuem essa possibilidade de fala (COMERFORD, 1999).

Devido a essas razões, para os organizadores, as discussões são consideradas como o momento central e definidor das reuniões, como procedimento de ampla democracia, participação e igualdade. Entretanto, apesar dos esforços da equipe de organização, “na prática as discussões frequentemente assumem uma configuração diferente, menos igualitária” (COMERFORD, 1999, p. 62).

Nota-se a atribuição de autoridade às instituições no decorrer das reuniões do CMDRS. Em diversos momentos, o presidente ao iniciar o debate, coloca-se próximo ao extensionista da EMATER – que conduz a reunião – no sentido de validação de sua fala. A atividade do camponês, como nos traz

Gramsci (1989), perante o intelectual é de caráter dúplice e muitas vezes contraditória, afinal ele admira a posição dos intelectuais e funcionários públicos, mas, por vezes, finge desprezá-las, ou seja, a admiração pode misturar-se com elementos passionais, como inveja ou raiva. O ponto central abordado pelo autor é o caráter de distinção muitas vezes promovido pela classe dominante de maneira orgânica e edificada em determinados espaços.

Alguns participantes, normalmente em minoria, articulam e discutem bem mais que outros, que basicamente se limitam a ouvir e assistir atentamente e respeitosamente àqueles que falam mais (COMERFORD, 1999), mas sem deixar o teor crítico de lado, apenas optando por não expor seu ponto de vista. Outros, como no exemplo anterior do CMDRS, necessitam do consentimento das instituições, compreendidas muitas vezes como hierarquicamente superiores, para promover reflexões acerca da política discutida.

Comerford (1999) chamará de “equipe de frente” aqueles grupos de participantes que se expressam com mais frequência, e de “público” aqueles que o fazem com menor frequência. Trata-se de categorias para fins analíticos a partir de acompanhamento e observação das práticas e dos ritos das reuniões, entendendo que a coordenação é uma categoria reconhecida e muitas vezes formalizada pelos conselheiros, aqui caracterizada pela EMATER. Os limites dessa equipe que articula as deliberações são fluidos, não apenas ligados aos cargos que ocupam, mas também ao poder de fala e argumentação.

O que determina esta inserção na arena participativa é a maior desenvoltura para falar em público. Um exemplo que ilustra essa “sobreparticipação”, como denomina Comerford (1999, p. 63), se dá nos momentos em que os conselheiros discutem o Programa Minha casa, Minha vida rural, do governo federal, uma política que fornece casas para moradores da zona rural que se enquadrem nos critérios do programa. Nesses

momentos, a conselheira que possuía informações sobre o projeto abdica de sua fala e solicita ao presidente do CMDRS que dê os informes sobre o andamento do processo de aquisição das casas. Pode-se identificar uma articulação prévia que levou a conselheira a repassar as informações ao presidente do conselho por não se sentir apta em expor as informações aos demais participantes.

Essa relação entre as instituições e os conselheiros é marcada por uma linha tênue que demonstra, por vezes, o sentimento de autonomia que o conselho promove, porém, pode vir a reforçar o sentimento de desigualdade e a hierarquia estabelecida nesses espaços.

#### **DESIGUALDADE E O PODER SIMBÓLICO**

Em contextos periféricos de desigualdade existem características que distinguem de forma velada indivíduos com base em fatores econômicos, políticos e sociais, reduzindo seu grau de participação nos ambientes de tomada de decisão, de maneira a reforçar essas desigualdades pré-existentes (SOUZA, 2009). Em uma arena deliberativa como o CMDRS, esses processos são facilmente identificados em cortes de falas dos conselheiros, interrupções de debates para concluir um assunto que ainda estava em deliberação, e até na prorrogação de pautas que foram rejeitadas para que futuramente sejam submetidas a uma nova eleição, na tentativa de direcionar as decisões.

De acordo com Souza (2012a), são construídos rótulos de classificados e desclassificados sociais, sob uma ótica de neutralidade do Estado pela ação de supostos princípios universais. Ou seja, é o que o autor chama de uma naturalização da desigualdade que, por sua vez, é proposta dia após dia na sociedade. Essa relação Homem e Estado não é neutra, pois, historicamente, Estado e mercado constroem uma visão de

indivíduo contingente, buscando hierarquizar e segregar classes sociais de acordo com seus imperativos funcionais. Por isso, o progresso e o poder econômico são percebidos, ainda nos dias atuais, como uma panaceia para resolver problemas como desigualdade, marginalização e subcidadania (SOUZA, 2009).

Esse poder, segundo Bourdieu (2004), se vê por toda parte quando – já que em outros tempos não se queria identificá-lo, ou mesmo reconhecê-lo –, ele se faz como um círculo, presente em toda parte, mas também em parte alguma, sendo importante considerar que onde ele é menos visto e mais ignorado, é exatamente onde se faz reconhecido: o poder simbólico. Esse poder invisível é exercido com a cumplicidade dos que não querem saber que lhe estão sujeitos.

A partir da percepção da dominação simbólica subpolítica, que implicitamente traz uma concepção sobre o diferencial dos indivíduos, embasada em instituições fundamentais como Estado e mercado, é possível a imposição de toda uma concepção de mundo, que é historicamente produzida sob a ideia da suposta neutralidade e objetividade inexorável, a partir de incentivos e penalizações associadas aos preceitos dessas instituições, como salários, emprego, imposto, independentemente de qualquer intencionalidade individual. Para Souza (2012a), tal hierarquia de valores, que é implícita, apoiada de forma invisível por certas instituições, definindo quem é ou não cidadão e constituindo uma noção de cidadania, precisa estar internalizada e incorporada na dimensão subpolítica da opacidade cotidiana para ser efetivamente válida. Segundo Souza (2012b), a dimensão de desorganização e imersão pré-política dos chamados subcidadãos nos leva a refletir mais profundamente sobre a dinâmica entre “práticas” e “ideias”.

É que, para além da ideologia “espontânea do capitalismo” que “secreta” de forma impessoal e intransparente toda uma concepção de mundo e do valor diferenciado

dos seres humanos, existe também, como atributo dos processos modernos de formação nacional, uma ideologia explícita e articulada que funciona como uma dimensão alternativa e autônoma de formação de identidades, coletiva e individual, e, portanto, também de solidariedade coletiva e grupal (SOUZA, 2012a, p. 186).

Essa expressão simbólica dominante, como aborda Bourdieu (2004), contribui para uma real integração da classe dominante, por meio da comunicação imediata entre seus membros e uma conseqüente distinção das outras classes, para uma legitimação da ordem formal – por meio da integração fictícia da sociedade, portanto, a desmobilização e a falsa consciência das classes dominadas – estabelecendo assim distinções e hierarquias que contribuem para a legitimação das distinções.

Este efeito ideológico, produ-lo a cultura dominante dissimulando a função de divisão na função de comunicação: a cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante (BOURDIEU, 2004, p. 10 e 11).

Os sistemas simbólicos em Bourdieu (2004) nos aproximam dessa concepção ao caracterizar o poder como capaz de construir a realidade que por sua vez tende a estabelecer uma ordem de sentido imediato do mundo, especialmente do mundo social. Essa seria uma concepção homogênea de tempo, espaço, causa, e torna a concordância entre as inteligências possível.

O principal aspecto limitante da articulação em sociedades modernas desiguais, segundo Souza (2012b), é o diálogo. Classificado como a anterioridade nas práticas institucionais

e sociais quando relacionadas às ideias e visões de mundo, emerge a dificuldade do comportamento cotidiano em que estão envolvidas as práticas institucionais e sociais.

Em se tratando desse desafio, existem posicionamentos comuns, que não são os únicos possíveis, porém, acabam se tornando os mais difundidos. Um exemplo seria o posicionamento racista, no qual se combina o racismo regional, racial e, para todos os casos, de classe. Esse posicionamento consiste em desqualificar, especialmente em se tratando dos atributos intelectuais, as pessoas que vivem sob condições periféricas.

Todas as formas de adaptação às necessidades e de acomodação, ainda que precárias, sobretudo a racionalidade específica que existe nesses contextos, são consideradas como produto de um atraso mental; muitas vezes tido como uma incapacidade de pensar e agir com racionalidade. Ignora-se que mesmo esse aparente modo de vida irracional, é apenas o produto de todo um processo de aprendizado que se deu dentro de severos limites e circunstâncias restritivas (SOUZA, 2012b).

Portanto, segundo Souza (2012a), a articulação do componente implícito da “ideologia espontânea” nas práticas institucionais operantes na modernidade periférica, na qual estamos inseridos, constroem um extraordinário contexto de desigualdade, tanto para os privilegiados quanto para as vítimas desse processo. “Esse, parece-me, é o ponto central da questão da naturalização da desigualdade entre nós” (SOUZA, 2012a, p. 189).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, buscamos demonstrar os rituais e significados que as reuniões deliberativas no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Viçosa possuem. Suas peculiaridades, os dilemas vividos na arena

política, a construção política nessa esfera e as lutas por igualdade, demonstram o cotidiano de representantes de comunidades rurais que lutam pela autonomia deliberativa e pela participação nas decisões do município. Assim como os dramas e dilemas que se formam para a organização e a manutenção das reuniões em que nem todos dialogam de maneira igualitária.

Desde o modo como se dividem durante as reuniões até as “focas” enquanto esperam a chegada de todos os participantes, ou mesmo a oração e a maneira de se expressarem, são repletos de significados. Essa rede de conselheiros, representantes de suas comunidades, inseridos em um ambiente muitas vezes distinto do habitual, nos leva a refletir sobre o papel das instituições nesse processo de deshierarquização das esferas políticas. A dificuldade em promover a participação no decorrer das discussões e o modo como essa “ausência” se naturaliza são considerados, por alguns membros do conselho, frutos de uma falta de capacidade de argumentação ou mesmo de conhecimentos técnicos e domínio da comunicação formal.

Neste artigo, procuramos demonstrar que a ausência de uma participação efetiva pode ser compreendida por outro viés. A ausência de espaço de fala e de atuação direta, transformada em algo já naturalizado – ainda que muitas vezes não sejam essas as intenções das instituições organizadoras –, contribui para essa “ausência” participativa dos conselheiros, isto é, a não presença às reuniões. Os rituais e símbolos que envolvem essa esfera de participação são repletos de concepções por meio das quais os participantes compreendem as reuniões. Desde a concepção de autoridade, as normas ligadas ao poder formal, a concepção de reunião, perpassando pelo entendimento de um coletivo que se une, suas concepções de participação e seu caráter de união e representação.



Na análise das configurações do espaço, mesmo na disposição das cadeiras na sala ou na postura ao expor sua opinião pode-se perceber a distinção e a formação de pares que por vezes não se sentem capazes de externalizar suas percepções acerca do momento político apresentado e discutido.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOHMAN, J. O que é a deliberação pública? Uma abordagem dialógica. In: MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro (org. e trad.). *A deliberação pública e suas dimensões sociais e comunicativas: textos fundamentais*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009, p. 31 a 84.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico* [1930-2002]. Tradução Fernando Tomaz – 7ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- COMERFORD, J. *Fazendo a Luta: Sociabilidade, Falas e Rituais na Construção de Organizações Camponesas*. 1. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999. v. 1. Capítulo 2.
- \_\_\_\_\_. Reuniões Camponesas, sociabilidade e lutas simbólicas. In: PEIRANO, M. (org.). *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Núcleo de Antropologia da Política, UFRJ, 2002, p. 148 a 170.
- CONSELHO Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Viçosa – CMDRS VIÇOSA/MG, EMATER, Vila Gianetti – Universidade Federal de Viçosa. *Atas das Reuniões do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Viçosa*. Viçosa: EMATER, 2014, p. 20-34.
- DRYZEK, J. S. Legitimidade e Economia na Democracia Deliberativa. In: COELHO, V. S.; NOBRE, M. (Orgs.). *Participação e Deliberação: Teoria Democrática e Experiências Institucionais no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Editora 34, 2004, p. 41-62.
- ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena*

*comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000 [1897]. Tradução: Vera Ribeiro; tradução do pós-fácio à edição alemã, Pedro Siissekind; apresentação e revisão técnica, Federico Neiburg.

GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

HABERMAS, J. Três modelos normativos de democracia. São Paulo, *Lua Nova*, n. 36, p. 39-53, 1995.

MAFRA, R. et al. *Relatório parcial sócio-antropológico e jurídico sobre comunidades rurais do Município de Viçosa/MG, referente à mobilização, organização social e ocupação do espaço urbano*. Relatório do Projeto Internacional de Pesquisa Cidade e Alteridade, Viçosa (MG): Universidade Federal de Viçosa, 2013.

PEIRANO, M. *A análise antropológica de rituais*. Brasília, *Série Antropologia*, v. 270, p. 01-35, 2000.

\_\_\_\_\_. A análise antropológica de rituais. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *O Dito e o Feito*. Ensaios de antropologia dos rituais. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002a, p. 17-40.

\_\_\_\_\_. *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002b.

SOUZA, J. *A construção da subcidadania para uma sociologia política da modernidade periférica*. 2ª Ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012a.

\_\_\_\_\_. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora? 2ªed rev. e ampl.* / Jessé Souza; colaboradores Brand Arenari [et al.]. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012b.

\_\_\_\_\_; GRILLO, A. et. al. *Ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

TURNER, V. *Drama, campos e metáforas*. Niterói: Ed.UFF, 2008.

---

BEATRIZ RIBEIRO MACHADO – Mestre em Extensão Rural pelo Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa. <beatrizribeiro.ufv@gmail.com>  
DOUGLAS MANSUR DA SILVA – Professor no Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Viçosa. <douglas.mansur@terra.com.br>